

COORD. DE ANÁLISE DE JURISPRUDÊNCIA

D.J. 12.03.2004

16/12/2003

EMENTÁRIO Nº 2143-3

SEGUNDA TURMA

HABEAS CORPUS 83.086-2 MINAS GERAIS

RELATOR : MIN. CARLOS VELLOSO
PACIENTE(S) : LUCIANO FARAH NASCIMENTO
IMPETRANTE(S) : JOSÉ GUILHERME VILLELA
COATOR(A/S)(ES) : SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

EMENTA: - PENAL. PROCESSUAL PENAL. **HABEAS CORPUS**. COMPETÊNCIA. PREVENÇÃO. EXIGÊNCIA DE DISTRIBUIÇÃO. NULIDADE RELATIVA. INOCORRÊNCIA DE PREJUÍZO PARA A DEFESA. CPP, art. 563.

I. - A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal é no sentido de que a regra do art. 83 do Código de Processo Penal deve ser entendida em conjugação com o parágrafo único do art. 75, de modo que a decretação de medidas urgentes, em procedimentos que não obedeceram à regra de distribuição, não previnem a competência do juiz.

II. - A inobservância dessa regra gera nulidade meramente relativa, passível de reconhecimento apenas quando evidenciado o prejuízo para a defesa que, no caso, não restou demonstrado.

III. - H.C. indeferido.

A C Ó R D ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos, **acordam** os Ministros do Supremo Tribunal Federal, em Segunda Turma, **sob a Presidência** do Senhor Ministro Celso de Mello, na conformidade da ata de julgamentos e das notas taquigráficas, **por unanimidade** de votos, **em indeferir** o pedido de **habeas corpus**, nos termos do voto do Relator.

Brasília, 16 de dezembro de 2003.

**CARLOS VELLOSO - RELATOR**

16/09/2003

SEGUNDA TURMA

HABEAS CORPUS 83.086-2 MINAS GERAIS**RELATOR : MIN. CARLOS VELLOSO**

PACIENTE(S) : LUCIANO FARAH NASCIMENTO

IMPETRANTE(S) : JOSÉ GUILHERME VILLELA

COATOR(A/S)(ES) : SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

R E L A T Ó R I O

O Sr. Ministro **CARLOS VELLOSO**: - Trata-se de **habeas corpus** impetrado pelo advogado JOSÉ GUILHERME VILLELA, em favor de **LUCIANO FARAH NASCIMENTO**, do acórdão da 5ª Turma do Eg. Superior Tribunal de Justiça que negou provimento a **recurso em habeas corpus** (RHC 12.998/MG).

Alega a impetração que o paciente, que está sendo processado perante o II Tribunal do Júri de Belo Horizonte pela prática de homicídio contra o Promotor de Justiça José Lins do Rego, está sofrendo constrangimento ilegal por responder a processo manifestamente nulo, em razão da incompetência do juízo.

Notícia que, no mesmo dia do crime, o Promotor de Justiça com ofício no II Tribunal do Júri da Comarca de Belo Horizonte dirigiu pedido de quebra de sigilo telefônico e de prisão temporária do paciente diretamente ao Juiz do II Tribunal do Júri de Belo Horizonte, sem que fosse observado o critério regular e impessoal da



distribuição, já que, na Comarca de Belo Horizonte, existem dois Tribunais do Júri. Em razão do deferimento das referidas medidas preliminares, reconheceu-se a prevenção daquele Juízo (CPP, art. 83).

Esclarece o impetrante que a defesa do paciente, a fim de evitar o alegado constrangimento, adotou todas as medidas possíveis, tendo, inclusive, ajuizado exceção de incompetência, que foi rejeitada pelo Juiz Substituto do II Tribunal do Júri.

Por isso, em seu favor, foi requerido **habeas corpus** ao TJ/MG, em que se alegava que a livre escolha do juízo processante, sem prévia distribuição, viola o princípio do juiz natural. A Col. 2ª Câmara Criminal do Tribunal indeferiu o pedido e o Superior Tribunal de Justiça, por sua vez, negou provimento ao recurso ordinário interposto, em acórdão assim ementado:

"EMENTA: PENAL E PROCESSUAL PENAL. RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. PROCESSUAL PENAL. NULIDADE. COMPETÊNCIA. PREVENÇÃO. ARTS. 75 E 83 DO CPP.

I — De acordo com a regra do art. 75, **parágrafo único**, do CPP, as medidas de caráter urgente que devam ser tomadas antes da instauração da ação penal (v.g. concessão de fiança, decretação de prisão preventiva, prisão temporária, etc.) **também** se submetem a regra da prévia distribuição.




II — Todavia, a inobservância de tal regra constitui nulidade relativa, cujo reconhecimento depende da demonstração de efetivo prejuízo, inócurrenente, no caso. **Precedentes desta Corte e do colendo Supremo Tribunal Federal.**

III — Tendo o Juiz Sumariante do II Tribunal do Júri de Belo Horizonte despachado precedentemente o pedido de prisão temporária e de escuta telefônica, dele é a competência para a ação penal, por força de regra de prevenção albergada no art. 83 do CPP.

Recurso desprovido." (fl. 271).

Daí esta nova impetração, na qual insiste na alegação de nulidade do processo por incompetência do II Tribunal do Júri, ao argumento de que os despachos proferidos pelo MM. Juiz, relativos à prisão temporária e à quebra de sigilo, não determinam a competência por prevenção do juízo, uma vez que não houve anterior e regular distribuição.

Sustenta, ainda, restar plenamente evidenciado o prejuízo para a defesa, ressaltando, inclusive, que nos autos "há um impressionante rol de medidas processuais que revelam desenganadamente o clima de perseguição implacável presente no celeríssimo processo instaurado contra o infeliz paciente" (fl. 12). 

Pede a concessão da ordem para que "anulados os atos decisórios do processo a que responde o paciente, se acate a distribuição para o I Tribunal do Júri realizada em 28.1.2002, que só não prevaleceu por força da suposta prevenção do II Tribunal do Júri, que, posteriormente, se veio erroneamente a reconhecer" (fl. 13).

Em 13.05.2003, pela decisão de fls 238-v/239, deferi o pedido de liminar, para suspender o julgamento do paciente que estava marcado para o dia 26 do mesmo mês.

Requisitadas informações, foram elas prestadas pelo eminente Ministro Nilson Naves, Presidente do Eg. Superior Tribunal de Justiça, que noticiou que a 5ª Turma daquele Tribunal, em 26.11.2002, por maioria, negou provimento ao recurso, acórdão pendente de publicação (fl. 250).

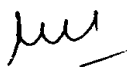
O Ministério Público Federal, às fls. 256/258, requereu diligência, a fim de que se oficiasse o MM. Juízo do I Tribunal do Júri de Belo Horizonte.

Encaminhada cópia do acórdão impugnado e prestadas as informações pelo MM. Juízo do I Tribunal de Júri de Belo Horizonte,



dei vista dos autos ao Ministério Público Federal, que, pelo parecer do ilustre subprocurador-Geral da República, Dr. Haroldo Ferraz da Nóbrega, opina pelo indeferimento da ordem.

É o relatório.



16/09/2003

SEGUNDA TURMA

HABEAS CORPUS 83.086-2 MINAS GERAISV O T O

O Sr. Ministro **CARLOS VELLOSO** (Relator): Postula o impetrante a concessão da ordem, a fim de que seja declarada a nulidade do processo a que responde o paciente perante o II Tribunal do Júri da Comarca de Belo Horizonte, em razão da incompetência do Juízo. Alega que os despachos proferidos pelo MM. Juiz, relativos à prisão temporária e à quebra de sigilo, não determinaram a competência por prevenção do juízo, dado que não houve anterior e regular distribuição.

A questão foi posta perante o Superior Tribunal de Justiça, no julgamento do RHC 12.998/MG, conforme acórdão, por cópia, às fls. 271/281.

Disse, então, o Sr. Ministro Felix Fischer, Relator:

"(...)

É certo que de acordo com a regra do art. 75, **parágrafo único**, do CPP, as medidas de caráter urgente que devam ser realizadas antes da instauração da ação penal (v.g. concessão de fiança, decretação de prisão preventiva, prisão temporária, etc) **também** se submetem a



regra da prévia distribuição que, ao que parece, restou inobservada, **in casu**.

Todavia, o processo penal adota o princípio **pas de nullité sans grief**, pelo qual não se declara nulidade sem a ocorrência de prejuízo, ou quando o ato processual não houver influído na apuração da verdade substancial ou na decisão da causa (art. 563, CPP).

No caso, a argüida nulidade é meramente relativa, consoante já pontificou o Pleno do colendo Supremo Tribunal Federal, em v. julgado assim ementado:

'I. Ministério Público: legitimidade **'ad processum'** para o oferecimento da denúncia de Promotor designado previamente para compor grupo especial de acompanhamento de investigações e promoção da ação penal relativas a determinados crimes 1. Sendo a denúncia anterior a L. 8625/93 - segundo a maioria do STF, firmada no HC 67.759 (vencido, no ponto o relator) - não se poderia opor-lhe a validade o chamado princípio do Promotor Natural, pois, a falta de legislação que se reputou necessária a sua eficácia, estaria em pleno vigor o art. 7º, V, LC 40/81, que conferia ao Procurador-Geral amplo poder de substituição para, 'mesmo no curso do processo, designar outro membro do Ministério Público para prosseguir na ação penal, dando-lhe orientação que for cabível no caso concreto'. 2. De qualquer modo, ainda para os que, como o relator, opuseram temperamento a recepção integral da legislação anterior, a Constituição vigente não veda a designação, no Ministério Público, de grupos especializados por matéria, na medida em que a atribuição aos seus componentes da condução dos processos respectivos implica a prévia subtração deles da esfera de atuação do Promotor genericamente incumbido de atuar perante determinado juízo. II. Competência: prevenção: exigência de distribuição: incompetência, porém, que, sendo relativa, ficou sanada pela preclusão. 1. O

art. 83 C.Pr.Pen há de ser entendido em conjugação com o art. 75, parág. único: só se pede cogitar de prevenção da competência, quando a decisão, que a determinaria, tenha sido precedida de distribuição: não previnem a competência decisões de juiz de plantão, nem as facultadas, em caso de urgência, a qualquer dos juízes criminais do foro. 2. A jurisprudência do STF está consolidada no sentido de que é relativa, no processo penal, não só a competência territorial de foro, mas também a firmada por prevenção (precedentes): donde, a falta de exceção tempestivamente oposta, o convalescimento, pela preclusão, da incompetência do juiz que equivocadamente se entendeu prevento.' (grifei)

(HC 69.599/RJ, Tribunal Pleno, Rel. Min. Sepúlveda Pertence, DJU de 27/08/93).

Logo, tratando-se de nulidade **relativa**, para o seu reconhecimento faz-se necessária a demonstração de efetivo prejuízo, o que, no caso, não logrou o recorrente demonstrar, até porque fundou seu inconformismo na tese de que a inobservância da regra de distribuição consubstancia ofensa ao princípio do juiz natural, nulidade reputada como absoluta, que independe de demonstração de prejuízo para ser declarada.

A propósito, ressaltou o em. Ministro Vicente Leal, ao relatar o RHC 8742/SP:

'Em tema de nulidade no processo penal, as vigas mestras do sistema assentam-se nas seguintes assertivas: (a) ao arguir-se nulidades, dever-se-á indicar, de modo objetivo os prejuízos correspondentes, com influência na apuração da verdade substancial e reflexo na decisão da causa (CPP, art. 566); (b) em princípio, as nulidades consideram-se sanadas se não forem argüidas no tempo oportuno, por inércia da parte'.

Mas o fato é que, no caso, ainda que sem prévia distribuição, o Juiz Sumariamente despachou precedentemente o pedido de prisão temporária e de escuta telefônica, tornando-se, assim, preventivo para a ação penal, por força do disposto no art. 83 do CPP. E de qualquer modo, a competência do II Tribunal do Júri não acarretou qualquer prejuízo à defesa do paciente, ao qual estão sendo asseguradas todas as garantias constitucionais, sendo certo que o seu ilustre Defensor vem acompanhando todos os atos processuais desde o interrogatório, segundo as informações prestadas pelo MM. Juiz Sumariamente (fls. 70/73).

No particular, colho elucidativo trecho da manifestação da douta Subprocuradoria-Geral da República, às fls. 143/145, **verbis**:

'A detida análise dos autos demonstra que não houve ofensa ao Princípio do juiz natural, pois o delito ocorreu no dia 25 de janeiro do corrente ano, e, no mesmo dia, por volta das 18:00 horas, o Promotor de Justiça requereu a prisão temporária e a quebra do sigilo telefônico do paciente perante o II Tribunal do Júri, sendo a decisão judicial prolatada por volta das 20:30 horas daquele mesmo dia. Ao receber e despachar, precedentemente, o requerimento de prisão temporária e quebra de sigilo telefônico, o Juiz Presidente do referido Tribunal do Júri tornou-se validamente preventivo, conforme disposição legal prevista no art. 83 do CPP.


Ressalte-se, por oportuno, as considerações do ilustre Magistrado que indeferiu a exceção de incompetência (fl. 64), o qual asseverou que '(...) quando o MM. Juiz Presidente do II Tribunal do Júri despachou não havia como fazer a distribuição já que o expediente forense encerra, para os serventuários, às 18:00 horas, ficando muitas

vezes os Magistrados em seus gabinetes até mais tarde (...)', tendo acrescentado à fl. 63 que '(...) o Juiz Presidente do II Tribunal do Júri não determinou a imediata distribuição porque isso poderia acarretar na ineficácia das medidas, já que todos têm acesso ao registro da distribuição e o conhecimento de qualquer número telefônico que sofreria a vigilância poderia frustrar todo o trabalho policial, bem como o conhecimento, pelos suspeitos, do decreto de prisão temporária, também poderia frustrar o objetivo da medida. O MM. Juiz Presidente do II Tribunal do Júri foi cauteloso, prudente (...).'

Assim, diante da impossibilidade de efetuar a distribuição naquele horário e tendo em vista a urgência e a importância das medidas requeridas, o i. Julgador do II Tribunal do Júri proferiu a decisão de fls. 24/25 decretando a prisão temporária do paciente e a quebra do sigilo telefônico, tornando-se, a partir daquele momento, competente pela regra da prevenção.

Registre-se, por fim, que no sistema processual penal brasileiro nenhum ato será anulado sem que se comprove o efetivo prejuízo às partes (art. 563 do CPP), sendo certo que no caso presente todas as garantias constitucionais foram respeitadas, não se podendo vislumbrar qualquer ofensa aos direitos do paciente.' (Fls. 143/145).

De notar ainda que, consoante assinalado no v. acórdão hostilizado, o precedente do e. TJ/MG invocado pelo e. Tribunal a quo como razões de decidir (HC nº229.829-7), versando matéria idêntica à presente, foi confirmado por decisão unânime da e. 6ª desta Corte, que assim decidiu:

'RECURSO EM HABEAS CORPUS. NULIDADE. PREVENÇÃO. ARTIGO 75 DO CPP. ALEGAÇÃO INOPORTUNA. RECURSO IMPROVIDO. 

1. 'A precedência da distribuição fixará a competência quando, na mesma circunscrição judiciária, houver mais de um juiz igualmente competente.' (artigo 75 do Código de Processo Penal).

2. A inobservância do disposto no artigo 75 do Código do Processo Penal consubstancia nulidade relativa, exigindo, por isso mesmo, alegação oportuna – inócurrenre na espécie – e demonstração efetiva do prejuízo.

3. Não havendo distribuição, não há falar em incompetência relativa do juízo em que flui a causa, precisamente porque não fixada a competência de outro juízo, tendo plena aplicação, a regra da prevenção '(...) toda vez que, concorrendo dois ou mais juízes igualmente competentes ou com jurisdição cumulativa, um deles tiver antecedido aos outros na prática de algum ato do processo ou de medida a este relativa, ainda que anterior ao oferecimento da denúncia ou da queixa.' (artigo 83 do Código de Processo Penal).

4. Não há confundir critérios de determinação de competência com critérios de fixação de competência, compreendendo estes a distribuição e a prevenção.

5. Recurso improvido.'

(RHC 11.570/MG, Rel. Min. Hamilton Carvalhido, DJU de 24/06/2002).

Do voto-condutor do acórdão, da lavra do eminente Ministro HAMILTON CARVALHIDO, extrai-se:

'Esta, a letra do artigo 75 do Código de Processo Penal:

luu
—

'A precedência da distribuição fixará a competência quando, na mesma circunscrição judiciária, houver mais de um juiz igualmente competente.'

Decerto, a inobservância do disposto no artigo 75 do Código de Processo Penal consubstancia nulidade relativa, exigindo, por isso mesmo, alegação oportuna e demonstração efetiva do prejuízo.

(...)

De qualquer modo, o fundamental é que não houve distribuição, o que exclui se possa falar em incompetência relativa do juízo em que flui a causa, precisamente porque não foi fixada a competência de outro juízo, tendo plena aplicação, na espécie, a regra da prevenção 'toda vez que, concorrendo dois ou mais juizes igualmente competentes ou com jurisdição cumulativa, um deles tiver antecedido aos outros na prática de algum ato do processo ou de medida a este relativa, ainda que anterior ao oferecimento da denúncia ou da queixa' (artigo 83, do Código de Processo Penal).

E é de antiga e intocada lição doutrinária de que não se confundem os critérios de determinação de competência com aqueles de sua fixação, compreendendo estes a distribuição e a prevenção.

Pelo exposto, nego provimento ao recurso.'

E essa v. decisão, por seu turno, foi recentemente confirmada à unanimidade pelo colendo Supremo Tribunal Federal, nos autos do HC nº 82.115/MG, impetrado

em favor do réu Moacir Moraes, restando indeferida a ordem, cassada a medida liminar, sendo relator o eminente Ministro MAURÍCIO CORRÊA. Segundo se obtém do sistema de informações processuais daquela Excelsa Corte, via *internet*, o julgamento foi realizado em 19/11/2002.

Voto, pois, pelo desprovimento do recurso." (fls. 276/279).

Estatui o art. 75 do Código de Processo Penal:

"Art. 75. A precedência da distribuição fixará a competência quando, na mesma circunscrição judiciária, houver mais de um juiz igualmente competente.

Parágrafo único. A distribuição realizada para o efeito de concessão de fiança ou da decretação de prisão preventiva ou de qualquer diligência anterior à denúncia ou queixa prevenirá a da ação penal."

De outro lado, dispõe o art. 83 do referido diploma:

"Art. 83. Verificar-se-á a competência por prevenção toda vez que, concorrendo dois ou mais juízes igualmente competentes ou com jurisdição cumulativa, um deles tiver antecedido aos outros na prática de algum ato do processo ou de medida a este relativa, ainda que anterior ao oferecimento da denúncia ou da queixa (arts. 70, § 3º, 71, 72, § 2º, e 78, n. II, letra c)."



A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal é no sentido de que a regra do art. 83 do Código de Processo Penal deve ser entendida em conjugação com o parágrafo único do art. 75, de modo que a decretação de medidas urgentes, em procedimentos que não obedeceram à regra de distribuição, não previnem a competência do juiz.

De outra parte, esta Casa tem entendido também que a inobservância dessa regra não gera nulidade absoluta, mas tão-somente nulidade relativa, passível de reconhecimento apenas quando evidenciado o prejuízo para a defesa.

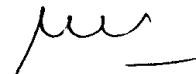
Veja-se, a propósito, o decidido pelo Plenário, no julgamento do HC 69.599/RJ, Rel. Min. Sepúlveda Pertence:

"E M E N T A: I. Ministério Público: legitimidade 'ad processum' para o oferecimento da denúncia de Promotor designado previamente para compor grupo especial de acompanhamento de investigações e promoção da ação penal relativas a determinados crimes.

(...)

II. Competência: prevenção: exigência de distribuição: incompetência, porém, que, sendo relativa, ficou sanada pela preclusão.

1. O art. 83 C.Pr.Pen há de ser entendido em conjugação com o art. 75, parág. único: só se pode cogitar de prevenção da competência, quando a decisão, que a



determinaria, tenha sido precedida de distribuição: não previnem a competência decisões de juiz de plantão, nem as facultadas, em caso de urgência, a qualquer dos juízes criminais do foro.

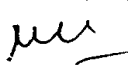
2. A jurisprudência do STF está consolidada no sentido de que é relativa, no processo penal, não só a competência territorial de foro, mas também a firmada por prevenção (precedentes): donde, à falta de exceção tempestivamente oposta, o convalescimento, pela preclusão, da incompetência do juiz que equivocadamente se entendeu preventivo." ("D.J." de 27.8.93).

No mesmo sentido, decidiu esta Turma, no julgamento do HC 82.115/MG, Rel. Min. Maurício Corrêa:

"EMENTA: HABEAS-CORPUS. PREVENÇÃO DECLARADA ANTES DA REGULAR DISTRIBUIÇÃO. NULIDADE RELATIVA. NÃO-ARGUIÇÃO OPORTUNA DA EXCEÇÃO DE INCOMPETÊNCIA: PRECLUSÃO. ALEGAÇÃO DE OFENSA AO PRINCÍPIO DO JUIZ NATURAL. IMPROCEDÊNCIA.

1. Hipótese em que a juíza declarou-se preventiva por ter decretado a prisão provisória, posteriormente convertida em preventiva, sem que tenha havido a regular distribuição dos pedidos. Nulidade relativa sanada pela não-arguição da exceção de incompetência no tríduo legal da defesa prévia, além da falta de demonstração de prejuízo.

2. Crime doloso contra a vida. Julgamento pelo Júri. Improcedência do argumento de ofensa ao princípio do juiz natural.


Habeas-corpus indeferido." ("D.J." de 27.6.2003). 

No caso, pelo que se depreende dos autos, os pedidos de prisão provisória e de quebra de sigilo foram dirigidos, após o encerramento do expediente, diretamente ao MM. Juiz do II Tribunal do Júri da Comarca de Belo Horizonte. Em decorrência do deferimento de tais medidas, os autos do inquérito foram distribuídos por prevenção ao mesmo Tribunal do Júri.

É certo que, tratando-se de medidas urgentes, tem-se admitido a prolação de decisões após o encerramento do expediente, sem prévia distribuição. Em tais hipóteses, entretanto, não ocorrerá a prevenção do juízo. Tem procedência, portanto, a alegada incompetência do Juízo, que, na linha da jurisprudência desta Corte, gera nulidade meramente relativa.

A decretação de nulidade relativa, por sua vez, está condicionada ao preenchimento de dois requisitos: a) arguição do vício no momento processual oportuno, que, no caso, restou evidenciado nos autos (fls. 59/65 e 74/79); b) demonstração do prejuízo.

Sobre o princípio do prejuízo, leciona Ada Pellegrini Grinover, Antonio Scarance Fernandes e Antonio Magalhães Gomes



Filho, in "As Nulidades no Processo Penal", Ed. Revista dos Tribunais, 7ª Edição, pág. 28:

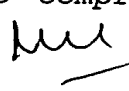
"(...)

Constitui seguramente a viga mestra do sistema das nulidades e decorre da idéia geral de que as formas processuais representam tão-somente um instrumento para a correta aplicação do direito; sendo assim, a desobediência às formalidades estabelecidas pelo legislador só deve conduzir ao reconhecimento da invalidade do ato quando a própria finalidade pela qual a forma foi instituída estiver comprometida pelo vício.

Sem ofensa ao sentido teleológico da norma não haverá **prejuízo** e, por isso, o reconhecimento da nulidade nessa hipótese constituiria consagração de um formalismo exagerado e inútil, que sacrificaria o objetivo maior da atividade jurisdicional; assim, somente a atipicidade **relevante** dá lugar à nulidade; daí a conhecida expressão utilizada pela doutrina francesa: **pas de nullité sans grief**.

Os diversos atos do procedimento visam, em última análise, à preparação do pronunciamento jurisdicional final; suas formalidades são estabelecidas com vistas à boa qualidade da decisão a ser proferida, que só pode resultar de um processo desenvolvido com obediência às regras do 'devido processo legal'; por isso mesmo, dentre os requisitos fundamentais para que se atinja essa virtude está a participação dos interessados no futuro provimento, através do **contraditório**.

O prejuízo que autoriza o reconhecimento da nulidade do ato processual imperfeito pode ser visto sob um duplo aspecto: de um lado, o dano para a garantia do contraditório, assegurada pela Constituição; sob outra ótica, o comprometimento da correção da sentença" (fls. 28/29).



No caso ora sob exame, entretanto, não conseguiu a impetração demonstrar o prejuízo decorrente da nulidade existente, sendo aplicável o disposto no art. 563 do Código de Processo Penal.

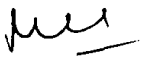
Com efeito, registram as informações prestadas pelo MM. Juiz Sumariante ao Eg. Tribunal de Justiça (fls. 84/87):

"Registro, ainda, que no Direito Processual Pátrio, não se anulam atos jurídicos sem que se comprove qualquer prejuízo às partes.

*No caso **sub judice**, todas as garantias constitucionais foram preservadas, sendo certo que o ilustre Defensor do réu vem acompanhando todos os atos processuais desde o interrogatório.*

Todas as diligências por ele requeridas foram deferidas.

Não houve nenhum prejuízo ao réu" (fl. 86).

Vê-se, portanto, que o dano está restrito ao ato viciado, não tendo havido qualquer prejuízo ao contraditório, nem comprometimento da sentença a ser proferida, mesmo porque o paciente não será julgado pelo Juiz Sumariante, tido como "perseguidor", mas sim por um júri popular. 

Alega a impetração que para comprovar o prejuízo "basta relancear os olhos pela interposição do recurso especial (doc. 4, ps. 12/16) ou do recurso extraordinário (doc. 3, ps. 14/19), nos quais foram minuciosamente arroladas inúmeras medidas judiciais contra o paciente, todas originárias daquele juízo incompetente, que implicaram grave constrangimento pessoal para si e para as pessoas envolvidas na sua atividade comercial, tais como quebra de sigilo telefônico, busca e apreensão e seqüestro de bens, prisão temporária, prisão preventiva, dentre outras medidas coercitivas que atingiram empresas, empregados e parentes do paciente" (fl. 12).

Ora, para se chegar às conclusões no sentido pretendido pela impetração - de que as medidas deferidas pelo juiz sumariante revelariam o clima de perseguição implacável a que vem sofrendo o paciente, de modo a comprovar o prejuízo - seria necessário fazer uma análise acerca da necessidade da prática desses atos, exame inviável nos estreitos limites do **habeas corpus**, dado que não prescindiria do exame de todo o material fático-probatório colhido durante a instrução criminal.


Seja como for, não me parece que isso tenha ocorrido, até porque o Eg. Tribunal de Justiça de Minas Gerais teve oportunidade de apreciar os atos praticados pelo Juiz Sumariante - quando do



julgamento do pedido de **habeas corpus** e do recurso em sentido estrito —, tendo sempre concluído pela sua legalidade. Acrescente-se, ademais, que, contra o desprovimento do recurso em sentido estrito, foram interpostos recursos especial e extraordinário, inadmitidos pelo Presidente daquele Tribunal.

Dessa maneira, como bem assinalado pelo parecer do Ministério Público, não demonstrado o prejuízo para a defesa do paciente, adota-se o princípio de que sem prejuízo não se anula ato processual, na linha do adágio **pas de nullité sans grief** (CPP, arts. 563 e 566).

Do exposto, indefiro o writ.



Supremo Tribunal Federal

16/09/2003

SEGUNDA TURMA

HABEAS CORPUS 83.086-2 MINAS GERAISV O T O

(ADITAMENTO)

O Sr. Ministro **CARLOS VELLOSO** (RELATOR) - Sr. Presidente, reitero, indefiro o "writ", não sem antes ressaltar o esplêndido trabalho feito pelo eminente Advogado José Guilherme Villela, que acostumamos, todos nós, a admirá-lo pelos excelentes trabalhos que produz nesta Corte. *muuu*

SEGUNDA TURMA

EXTRATO DE ATA

HABEAS CORPUS 83.086-2

PROCED.: MINAS GERAIS

RELATOR : MIN. CARLOS VELLOSO

PACTE.(S): LUCIANO FARAH NASCIMENTO

IMPTE.(S): JOSÉ GUILHERME VILLELA

COATOR(A/S)(ES): SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Decisão: Depois do voto do Ministro-Relator, **indeferindo** a ordem de **habeas corpus**, o julgamento foi **suspenso** em virtude do pedido de vista formulado pelo Senhor Ministro Gilmar Mendes. **Falou**, pelo paciente, o Dr. José Guilherme Villela. 2ª Turma, 16.09.2003.

Presidência do Senhor Ministro Celso de Mello. Presentes à sessão os Senhores Ministros Carlos Velloso, Nelson Jobim, Ellen Gracie e Gilmar Mendes.

Subprocurador-Geral da República, Dr. Geraldo Brindeiro.

Antonio Neto Brasil
Coordenador


HABEAS CORPUS 83.086-2**MINAS GERAIS****RELATOR : MIN. CARLOS VELLOSO****PACIENTE(S) : LUCIANO FARAH NASCIMENTO****IMPETRANTE(S) : JOSÉ GUILHERME VILLELA****COATOR(A/S) (ES) : SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA****V O T O - V I S T A**

O SENHOR MINISTRO GILMAR MENDES: - Trata-se de *habeas corpus* impetrado em favor de Luciano Farah Nascimento, contra acórdão da 5ª Turma do Egrégio Superior Tribunal de Justiça que negou provimento a recurso de *habeas corpus* (RHC 12.998-MG).

Extraio do relatório elaborado pelo Ministro Carlos Velloso:

"Alega a impetração que o paciente, que está sendo processado perante o II Tribunal do Júri de Belo Horizonte pela prática de homicídio contra o Promotor de Justiça José Lins do Rego, está sofrendo constrangimento ilegal por responder a processo manifestamente nulo, em razão da incompetência do juízo.

Noticia que, no mesmo dia do crime, o Promotor de Justiça com ofício no II Tribunal do Júri da Comarca de Belo Horizonte dirigiu pedido de quebra de sigilo telefônico e de prisão temporária do paciente diretamente ao Juiz do II Tribunal do Júri de Belo Horizonte, sem que fosse observado o critério regular



e impessoal da distribuição, já que, na Comarca de Belo Horizonte, existem dois Tribunais do Júri. Em razão do deferimento das referidas medidas preliminares, reconheceu-se a prevenção daquele Juízo (CPP, art. 83).

Esclarece o impetrante que a defesa do paciente, a fim de evitar o alegado constrangimento, adotou todas as medidas possíveis, tendo, inclusive, ajuizado exceção de incompetência, que foi rejeitada pelo Juiz Substituto do II Tribunal do Júri.

Por isso, em seu favor, foi requerido **habeas corpus** ao TJ/MG, em que se alegava que a livre escolha do juízo processante, sem prévia distribuição, viola o princípio do juiz natural. A Col. 2ª Câmara Criminal do Tribunal indeferiu o pedido e o Superior Tribunal de Justiça, por sua vez, negou provimento ao recurso ordinário interposto, em acórdão assim ementado:

'EMENTA: PENAL E PROCESSUAL PENAL. RECURSO ORDINÁRIO EM **HABEAS CORPUS**. PROCESSUAL PENAL. NULIDADE. COMPETÊNCIA. PREVENÇÃO. ARTS. 75 E 83 DO CPP.

I - De acordo com a regra do art. 75, **parágrafo único**, do CPP, as medidas de caráter urgente que devam ser tomadas antes da instauração da ação penal (v.g. concessão de fiança, decretação de prisão preventiva, prisão temporária, etc.) **também** se submetem a regra da prévia distribuição.

47

II - Todavia, a inobservância de tal regra constitui nulidade relativa, cujo reconhecimento depende da demonstração de efetivo prejuízo, inocorrente, no caso. Precedentes desta Corte e do colendo Supremo Tribunal Federal.

III - Tendo o Juiz Sumariante do II Tribunal do Júri de Belo Horizonte despachado precedentemente o pedido de prisão temporária e de escuta telefônica, dele é a competência para a ação penal, por força de regra de prevenção albergada no art. 83 do CPP.

Recurso desprovido.' (fl. 271).

Daí esta nova impetração, na qual insiste na alegação de nulidade do processo por incompetência do II Tribunal do Júri, ao argumento de que os despachos proferidos pelo MM. Juiz, relativos à prisão temporária e à quebra de sigilo, não determinam a competência por prevenção do juízo, uma vez que não houve anterior e regular distribuição.

Sustenta, ainda, restar plenamente evidenciado o prejuízo para a defesa, ressaltando, inclusive, que nos autos 'há um impressionante rol de medidas processuais que revelam desenganadamente o clima de perseguição implacável presente no celeríssimo processo instaurado contra o infeliz paciente' (fl. 12)."

Pedi vista dos presentes autos para examinar as questões suscitadas.

Anota o relator em seu douto voto:

"A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal é no sentido de que a regra do art. 83 do Código de Processo Penal deve ser entendida em conjugação com o parágrafo único do art. 75, de modo que a decretação de medidas urgentes, em procedimentos que não obedeceram à regra de distribuição, não previnem a competência do juiz.

De outra parte, esta Casa tem entendido também que a inobservância dessa regra não gera nulidade absoluta, mas tão-somente nulidade relativa, passível de reconhecimento apenas quando evidenciado o prejuízo para a defesa.

Veja-se, a propósito, o decidido pelo Plenário, no julgamento do HC 69.599/RJ, Rel. Min. Sepúlveda Pertence:

'E M E N T A: I. Ministério Público: legitimidade '*ad processum*' para o oferecimento da denúncia de Promotor designado previamente para compor grupo especial de acompanhamento de investigações e promoção da ação penal relativas a determinados crimes.

(...)

II. Competência: prevenção: exigência de distribuição: incompetência, porém, que, sendo relativa, ficou sanada pela preclusão.

1. O art. 83 C.Pr.Pen há de ser entendido em conjugação com o art. 75, parág. único: só se pode cogitar de prevenção da competência, quando a decisão, que a determinaria, tenha sido

precedida de distribuição: não previnem a competência decisões de juiz de plantão, nem as facultadas, em caso de urgência, a qualquer dos juizes criminais do foro.

2. A jurisprudência do STF está consolidada no sentido de que é relativa, no processo penal, não só a competência territorial de foro, mas também a firmada por prevenção (precedentes) : donde, à falta de exceção tempestivamente oposta, o convalescimento, pela preclusão, da incompetência do juiz que equivocadamente se entendeu preventivo.' ("D.J." de 27.8.93).

No mesmo sentido, decidiu esta Turma, no julgamento do HC 82.115/MG, Rel. Min. Maurício Corrêa:

'EMENTA: HABEAS-CORPUS. PREVENÇÃO DECLARADA ANTES DA REGULAR DISTRIBUIÇÃO. NULIDADE RELATIVA. NÃO ARGUIÇÃO OPORTUNA DA EXCEÇÃO DE INCOMPETÊNCIA: PRECLUSÃO. ALEGAÇÃO DE OFENSA AO PRINCÍPIO DO JUIZ NATURAL. IMPROCEDÊNCIA.

1. Hipótese em que a juíza declarou-se preventiva por ter decretado a prisão provisória, posteriormente convertida em preventiva, sem que tenha havido, a regular distribuição dos pedidos. Nulidade relativa sanada pela não-arguição da exceção de incompetência no tríduo legal da defesa prévia, além da falta de demonstração de prejuízo.


2. Crime doloso contra a vida. Julgamento pelo Júri. Improcedência do argumento de ofensa ao princípio do juiz natural.

Habeas-corpus indeferido.' ("D.J." de 27.6.2003).

No caso, pelo que se depreende dos autos, os pedidos de prisão provisória e de quebra de sigilo foram dirigidos, após o encerramento do expediente, diretamente ao MM. Juiz do II Tribunal do Júri da Comarca de Belo Horizonte. Em decorrência do deferimento de tais medidas, os autos do inquérito foram distribuídos por prevenção ao mesmo Tribunal do Júri.

É certo que, tratando-se de medidas urgentes, tem-se admitido a prolação de decisões após o encerramento do expediente, sem prévia distribuição. Em tais hipóteses, entretanto, não ocorrerá a prevenção do juízo. Tem procedência, portanto, a alegada incompetência do Juízo, que, na linha da jurisprudência desta Corte, gera nulidade meramente relativa.

A decretação de nulidade relativa, por sua vez, está condicionada ao preenchimento de dois requisitos: a) arguição do vício no momento processual oportuno, que, no caso, restou evidenciado nos autos (fls. 59/65 e 74/79); b) demonstração do prejuízo."



HC 83.086 / MG

Após enfatizar, forte na doutrina pátria, que a nulidade no processo penal há de se assentar, igualmente, no princípio do prejuízo, destacou o relator, em seu voto:

"No caso ora sob exame, entretanto, não conseguiu a impetração demonstrar o prejuízo decorrente da nulidade existente, sendo aplicável o disposto no art. 563 do Código de Processo Penal.

Com efeito, registram as informações prestadas pelo MM. Juiz Sumariante ao Eg. Tribunal de Justiça (fls. 84/87):

'Registro, ainda, que no Direito Processual Pátrio, não se anulam atos jurídicos sem que se comprove qualquer prejuízo às partes.

*No caso **sub judice**, todas as garantias constitucionais foram preservadas, sendo certo que o ilustre Defensor do réu vem acompanhando todos os atos processuais desde o interrogatório.*

Todas as diligências por ele requeridas foram deferidas.

Não houve nenhum prejuízo ao réu.' (fl. 86).

Vê-se, portanto, que o dano está restrito ao ato viciado, não tendo havido qualquer prejuízo ao contraditório, nem comprometimento da sentença a ser proferida, mesmo porque o paciente não será julgado pelo Juiz Sumariante, tido como 'perseguidor', mas sim por um júri popular.



Alega a impetração que para comprovar o prejuízo 'basta relancear os olhos pela interposição do recurso especial (doc. 4, ps. 12/16) ou do recurso extraordinário (doc. 3, ps. 14/19), nos quais foram minuciosamente arroladas inúmeras medidas judiciais contra o paciente, todas originárias daquele juízo incompetente, que implicaram grave constrangimento pessoal para si e para as pessoas envolvidas na sua atividade comercial, tais como quebra de sigilo telefônico, busca e apreensão e seqüestro de bens, prisão temporária, prisão preventiva, dentre outras medidas coercitivas que atingiram empresas, empregados e parentes do paciente' (fl. 12).


Ora, para se chegar às conclusões no sentido pretendido pela impetração - de que as medidas deferidas pelo juiz sumariante revelariam o clima de perseguição implacável a que vem sofrendo o paciente, de modo a comprovar o prejuízo - seria necessário fazer uma análise acerca da necessidade da prática desses atos, exame inviável nos estreitos limites do **habeas corpus**, dado que não prescindiria do exame de todo o material fático-probatório colhido durante a instrução criminal.

Seja como for, não me parece que isso tenha ocorrido, até porque o Eg. Tribunal de Justiça de Minas Gerais teve oportunidade de apreciar os atos praticados pelo Juiz Sumariante - quando do julgamento do pedido de **habeas corpus** e do recurso em sentido estrito -, tendo sempre concluído pela sua legalidade. Acrescente-se, ademais, que, contra o desprovimento do recurso em sentido estrito, foram

HC 83.086 / MG

interpostos recursos especial e extraordinário,
inadmitidos pelo Presidente daquele Tribunal."

Assim, senhor Presidente, eu entendo, na linha do voto do
eminente Relator, que, não estando demonstrado o prejuízo, é de se
indeferir o writ.



SEGUNDA TURMA

EXTRATO DE ATA

HABEAS CORPUS 83.086-2

PROCED.: MINAS GERAIS

RELATOR : MIN. CARLOS VELLOSO

PACTE.(S): LUCIANO FARAH NASCIMENTO

IMPTE.(S): JOSÉ GUILHERME VILLELA

COATOR(A/S)(ES): SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Decisão: Depois do voto do Ministro-Relator, **indeferindo** a ordem de **habeas corpus**, o julgamento foi **suspenso** em virtude do pedido de vista formulado pelo Senhor Ministro Gilmar Mendes. **Falou**, pelo paciente, o Dr. José Guilherme Villela. 2ª Turma, 16.09.2003.

Decisão: A Turma, por votação unânime, **indeferiu** o pedido de **habeas corpus**, nos termos do voto do Relator. 2ª Turma, 16.12.2003.

Presidência do Senhor Ministro Celso de Mello. Presentes à sessão os Senhores Ministros Carlos Velloso, Nelson Jobim, Ellen Gracie e Gilmar Mendes.

Subprocurador-Geral da República, Dr. Haroldo Ferraz da Nóbrega.

Antonio Neto Brasil
Coordenador